

Ceilândia, a capital da informalidade

GAZETA MERCANTIL 27 MAR 1998

Empresários querem assumir funções do Estado para promover o desenvolvimento

Rogério dy la Fuente
de Ceilândia

A cidade de Ceilândia completa 27 anos de criação hoje com vocações divididas: de economia pujante, mas população pobre, desdobra-se entre ser produtiva e ilegal simultaneamente. "A cidade é como um marginal que precisa ser reintegrado à sociedade", afirma o presidente da Associação Comercial e Industrial de Ceilândia (Acic), Álvaro Iaccino. "Defendo que para promover o desenvolvimento a lei seja até mesmo esquecida em alguns casos e o governo enfrentado quando necessário", complementa, iniciando uma polêmica. No caso específico do Setor de Indústrias da cidade, que os próprios empresários lá estabelecidos definem como primitivo, Iaccino propaga que os empresários assumam as funções de segurança e limpeza do local e propõe ao GDF a isenção de IPTU e da Taxa de Limpeza Pública (TLP). "Vamos fazer um condomínio industrial e cuidar do que diversos governos não cuidaram", promete.

O administrador regional da cidade, Marcos Montenegro, refuta a iniciativa do empresariado e contemporiza. "Não é necessário e nem admissível isto. Sequer existe possibilidade legal de atender a estes pedidos de isenção", diz o administrador. Ele acredita que os empresários pressionam o governo com o objetivo de obter isenções que não promoverão o desenvolvimento. "Quando se concede isenção de algum imposto, o ônus total do serviço é



Evandro Matheus

A alta incidência de camelôs na cidade é um dos indícios que apontam para um forte mercado informal

transferido para quem continua pagando", afirma.

Na última quarta-feira, Montenegro se comprometeu, junto aos empresários do setor de indústrias da cidade, a fazer um acompanhamento bimestral dos problemas do local. "Em re-

lação a cidades como Águas Lindas (GO), a segurança pública de Ceilândia e a rede de equipamentos públicos, como escolas e centros de saúde é muito boa. Além disso, na cidade há mais mão-de-obra qualificada que em outros lu-

gares. Investir aqui tem custos maiores, mas é bem melhor", avalia. "A questão está em outras taxas. O que está prejudicando os empresários do setor de indústrias de Ceilândia não é a TLP, mas as taxas de juros e de câmbio", brinca. (Cont. Pág. 5)

Ceilândia, a capital da informalidade

Rogério dy la Fuente
de Ceilândia
(Continuação da Primeira Página)

No que diz respeito ao perfil econômico, Ceilândia é uma cidade de múltiplas faces. Cada um dos setores tem uma característica predominante que acaba tornando-se uma vocação empresarial. Numa área de 232 km², distribuída entre nove bairros e distante 25 km do Plano Piloto, a região administrativa de Ceilândia é a mais populosa do Distrito Federal com 342.834 habitantes, de acordo com dados da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan). Acabou sendo conhecida como a cidade com maior número de empresas informais do Distrito Federal.

“Há casos emblemáticos como o da confecção que produzia camisas Yves Saint-Laurent piratas e vendia para São Paulo, Rio e até para o Paraguai, além de abastecer o mercado interno”, recorda Iaccino. “Se uma empresa que tinha maquinário e mão-de-obra qualificados para fazer cópias perfeitas de roupas com padrão internacional atuava na informalidade aqui na cidade, é porque havia impedimentos a que ela fosse legalizada”, avalia Iaccino. “Assim como esta, diversas empresas atuam ainda hoje na cidade, principalmente pequenas e micro, porque a carga tributária imposta é enorme”, declara.

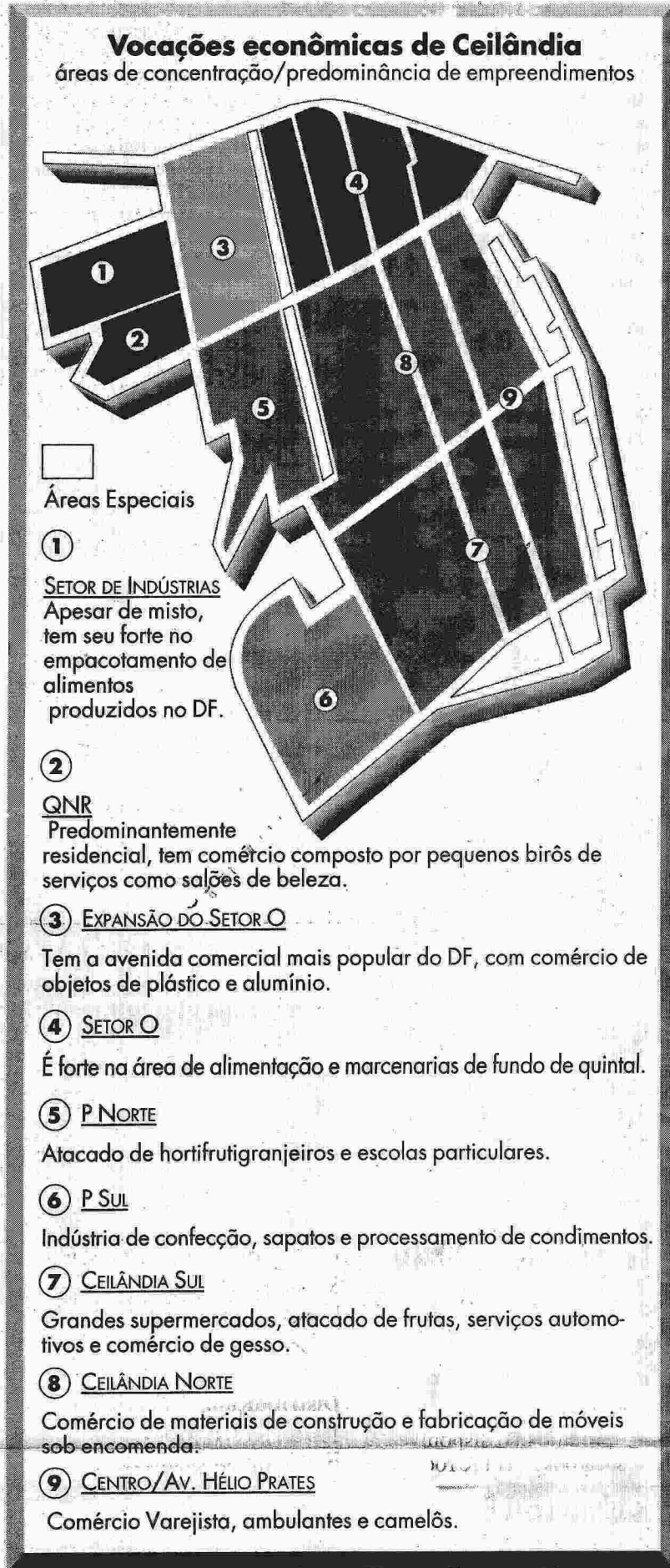
O administrador da cidade apresenta outra explicação para as ocupações ilegais e a informalidade no empresariado. “Ceilândia foi criada e construída a partir do pressuposto que seria apenas um aglomerado residencial. Com o tempo, diversas atividades produtivas, necessárias à manutenção da cidade, surgiram nos fundos de quintal e locais inadequados”, diz Montenegro. Ele confia que o novo Plano Diretor Local (PDL) da cidade, que deve ser votado na Câmara Legislativa nos próximos dez dias, solucionará estes problemas e impulsionará a legalização de negócios.

Cidade ideal

Inicialmente projetada na forma de um barril, a cidade explodiu em crescimento e foi depois acrescida de inúmeras expansões - os setores P, O, Expansão do Setor O, R, Indústrias e, mais recentemente, o Condomínio Privê. Durante muito tempo barril e casa se misturaram e a cidade se movimentou em apenas dois sentidos: indo e voltando do Plano Piloto. A vocação de dormitório, entretanto, está se perdendo com o desenvolvimento da economia local.

A cara da antiga Comissão de Erradicação de Invasões, que abrigou moradores oriundos das invasões denominadas Vila do IAPI, Tenório, Bernardo Sayão e Morro do Querosene, pode começar a mudar ainda mais a partir da aprovação do novo PDL. Trata-se do projeto de lei, com 124 artigos, que define como a cidade deve crescer e ter a ocupação territorial ordenada dali em diante.

Uma das principais inovações do PDL é que ele permitirá a existência de atividades comerciais em áreas residenciais. “O objetivo é combater o desemprego, incentivar o desenvolvimento econômico e aumentar a arrecadação de impostos”, diz Marcos Montenegro. Na prática, a lei regularizará uma situação que existe hoje, onde pequenos empresários montaram seus negócios na sala de estar, mas correm o risco de ter as portas fechadas pela fiscalização da própria administração regional a qualquer momento. As residências poderão abrigar qualquer atividade que não incomode os vizinhos, inclusive bares. Levantamento



feito em maio de 1997, apontou que a cidade tem 4,6 mil bares, mas apenas 650 tinham sido legalizados pela Fiscalização de Posturas da Administração Regional.

Alvarás, entretanto, somente com a autorização por escrito dos vizinhos. Estão completamente banidas as indústrias poluentes e atividades que agriam o meio ambiente.

O PDL também autoriza que o centro da cidade tenha prédios com até 10 andares, de acordo com o tamanho do terreno. A finalidade é que o centro se torne um marco arquitetônico “como um cartão postal” e um ponto de encontro, além de atrair mais comércio e serviços.

O projeto prevê ainda a criação de um anel viário unindo Ceilândia a Samambaia e Taguatinga. Essa ligação rodoviária faz parte dos planos de criar um Centro Regional com essas três cidades, onde moram quase 800 mil pessoas - mais de 40% da população do Distrito Federal. A intenção é descentralizar a oferta de empregos, já que 70% das vagas formais estão no Plano Piloto.

O texto que nasceu de três anos de discussão com a comunidade, inclusive delegados do Orçamento Participativo, também cria novas áreas de expansão urbana, além da necessidade de urbanização e paisagismo dos grandes vazios hoje ocupados apenas pelo barro e pelo mato. Define algumas áreas verdes e reserva espaço para um novo setor industrial próximo ao atualmente existente.

O PDL não vai transformar a arquitetura e a infra-estrutura de Ceilândia de uma hora para outra, embora seja isso que se pretenda a médio e longo prazo. Principalmente porque não prevê qualquer tipo de investimento. “A principal vantagem dele é aproximar a cidade real e legal, da cidade ideal para se viver”, defende o administrador.

A realidade atual, entretanto, é cruel. Entre as localidades produtivas, o Setor de Indústrias da cidade é o mais isolado e um dos mais problemáticos. “Na fase áurea, há coisa de dez anos, tivemos 210 indústrias no setor. Hoje são apenas 110”, queixa-se o presidente da Acic. “No Distrito Federal ocorre um fenômeno impressionante. Todas as cidades têm distritos industriais inacabados. Mal o GDF implementa um, começa a fazer outro. Com isso nenhum lugar se desenvolve direito”, analisa Iaccino.

Os empresários do setor reclamam da falta de linhas de ônibus para que os empregados possam chegar ao trabalho. “Tanto imposto e nem ao menos ônibus para cá nós temos”, queixa-se o presidente da Acic. “Os empresários podem ficar tranquilos. O encaminhamento da melhoria nas linhas de ônibus para a área já foi feito ao DMTU e será constantemente cobrado”, retruca o administrador.

Com fábrica instalada no Setor de Indústrias e loja montada em Ceilândia Sul, Francisca Gomes, mais conhecida como Lalá do Gesso, vive o melhor e o pior de estar em Ceilândia. Moradora da cidade desde 1972, quando deixou a Vila do IAPI, a proprietária da Multiforro Artefatos em Gesso,



Evandro Matheus

O comércio de artefatos de gesso cresce e começa a formar um setor específico em Ceilândia Sul

padece da falta de infra-estrutura no Setor de Indústrias e é referência em Ceilândia Sul, onde é precursora do que começa a ser chamado “bairro do gesso”. “No setor de indústrias, os funcionários até moram na fábrica por causa da dificuldade de deslocamento”, conta a empresária, que forneceu placas de gesso para construções como o Hotel Bonaparte Résidence, Centro Empresarial Brasília e para a famosa Casa da Dinda. “Isso só foi possível por causa da localização da loja, que facilita os contatos”, declara. Na área onde começou a loja de Lalá, outras quatro empresas especializadas em artefatos de gesso já estão instaladas. “Agora vou ampliar a área da loja e fazer uma reforma para melhorar seu aspecto. A lei aumenta o número de pavimentos que podemos construir”, afirma a pernambucana, que traz do estado natal a matéria-prima para sua indústria.

Terra de migrantes

Assim como Lalá do gesso, vários empresários da cidade têm origem no Nordeste. Ceilândia continua sendo a cidade dos nordestinos no DF e os moradores gabam-se de ela ser a segunda cidade mais nordestina fora do Nordeste, depois de São Paulo. Pesquisa feita pela Codeplan revela que 46,4% dos aproximadamente 352 mil moradores são oriundos de estados do Nordeste. Deste percentual, 9,4% são baianos, 8,9% cearenses, 8,1% vieram do Piauí, 7% da Paraíba, 5,8% do Maranhão e 3,6% de Pernambuco. Este, entretanto, é um momento de transição no perfil demográfico da cidade.

A cada censo aumenta o número de ceilandenses nativos: 27,1% são da geração rap, repente e violência. Os mineiros são a terceira maior colônia brasileira na cidade, composta por 13,9% dos moradores. São seguidos dos provenientes de Goiás (7,2%). Os demais 9% da população vieram de outros estados não citados na pesquisa. Segundo a Codeplan, o perfil do ceilandense ajudará, por exemplo, o governo a direcionar a programação cultural na cidade.

“Ao mesmo tempo que her-

portuguesa do canteiro central da avenida, está prevista a construção de três praças. O espaço ficará destinado apenas aos pedestres, não aos camelôs”, assegura o administrador.

Segundo Montenegro, os camelôs, cadastrados e pagando taxa de ocupação de área pública, serão transferidos para uma área próxima à estação central do Metrô na cidade. “Estamos negociando esta remoção. Lá, haverá espaço para acomodar 616 barracas e 20 quiosques de alimentação”, promete.